

CULTURA LOCAL E MINERAÇÃO: descompassos socio-bio-culturais ambientais em São José do Norte - RS

André Ferreira e Silva¹
Carmo Thum²

Introdução

O tema deste texto se constitui de análises macro sobre os impactos socioculturais na realidade cotidiana dos moradores pertencentes às comunidades do município de São José do Norte/RS. Os eixos de investigação desse estudo buscam compreender os processos concernentes aos grandes empreendimentos (Naval e Minerador) estimulados pelas políticas públicas envolvendo este município. Podendo aqui destacar, de maneira introdutória, a já consolidada instalação do Estaleiros do Brasil Ltda, (EBR) e a proposição de instalação da Rio Grande Mineração S.A (RGM). Analisaremos essas questões a partir dos referenciais de território, territorialidade e sociobiodiversidade, cotejados com as questões da cultura local e das lutas e manifestações dos moradores da região que hoje têm se engajado em uma resistência contra a imposição dos interesses desenvolvimentistas do Estado e das grandes empresas.

O primeiro empreendimento (EBR) tendo seu início em 2014. Hoje, praticamente abandonado e sem nenhuma perspectiva de retorno as atividades, produz, na atual conjuntura, uma nostalgia de progresso com rastros de frustração na população nortense³. Já o segundo empreendimento, o de mineração, teve seu início no começo dos anos dois mil com o nome de Projeto Bujuru e acabou sofrendo dificuldades com o licenciamento ambiental gerando, segundo a matéria do mês de maio do Jornal do Comércio, um “processo de hibernação” (2014), se convertendo atualmente no chamado Projeto Retiro (Jornal do Comércio, 2014).

A resistência na atualidade ganhou força estribada na luta dos sujeitos que vivem da pesca artesanal e da agricultura familiar. O empreendimento minerador busca autorização para instalação, tendo como argumento o desenvolvimento local por meio de aumento de postos de trabalho e o crescimento da região. Contando com apoio do Estado e de empresários. Contudo, os efeitos econômicos negativos deixados como legado da primeira aposta corporativista questiona o quanto essa nova proposta será capaz de ser “nova solução” para a atual condição socioeconômica.

A estrutura deste artigo apresenta em seu arquétipo um caminho desenvolvido por uma compreensão inicial do contexto sociocultural recente, apresentando os primeiros impactos e as mudanças causadas pelos conflitos econômico e social. Logo, aborda uma concepção de conceitos tais como: território, territorialidade; evidenciando o sentimento de pertença dos moradores da região, somando a isto o espectro da possível instalação da mineradora. Considerando também, o movimento social que desperta e se organiza contra os assédios do último empreendimento,

1 Bacharel em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Especialista em Ensino de Sociologia para Ensino Médio (FURG).

2 Doutor em Educação. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU-FURG. Rede de Investigação-Ação Participativa e Educação Popular em Universidades Públicas - RIAPEP.

3 Refere-se ao termo característico daquele que nasceu ou mora em São José do Norte. Também ao território pertencente aos limites desta cidade.

a mineração. E por fim, reflete em suas considerações finais, fomentando a continuidade da luta e da resistência, balizando para uma conscientização envolvendo os munícipes na luta pela sustentabilidade local baseada nas riquezas sustentáveis, contrariando as propostas estimuladas por grandes empreendimentos.

Primeiros impactos: mudanças socioeconômicas

O cenário de uma economia de subsistência, após os investimentos citados, se altera. Os ares da pacata cidade passam a coexistir com novas expectativas de desenvolvimento econômico. Com os processos de instalação do Estaleiros do Brasil Ltda (EBR), pessoas tanto do âmbito rural agrícola quanto os pescadores artesanais, neste caso os mais jovens na maioria, abandonam suas funções habitual no trato com a terra e em sua relação com as redes e o mar, cedendo aos apelos financeiros dos novos empreendimentos.

Já em 2014, com o começo da construção de uma plataforma, pessoas envolvidas em cargos públicos abdicam de sua estabilidade projetando suas vidas sobre a égide de melhores salários oferecidos pelo novo empreendimento, em concomitância a isto, também trabalhadores do comércio local são atraídos pelo chamado *boom*⁴ da indústria naval. Nesta expectativa, alguns recém formados em áreas do conhecimento⁵ de interesse do empreendedor têm seus primeiros empregos subsidiados pelo mesmo, gerando uma euforia perceptível por toda a parte do pequeno município de pouco mais de vinte sete mil habitantes, segundo estimativa do (IBGE)⁶, euforia esta que movimenta quantitativamente São José do Norte tanto em seu viés econômico quanto social.

Com efeito, a cidade e o município como um todo passa por uma transformação, os comércios, em sua maioria, propõem mudanças físicas buscando ampliar a capacidade de absorção promovida pela demanda. Outra questão importante se dá no fato de novos produtos, principalmente culinários, serem aderidos às prateleiras dos mercados ou minimercados, como são conhecidos. Toda contingência social promove uma transformação, exigindo uma readaptação que desorganiza os espaços de vivência, os espaços da vida e as relações sociais, seja no que tange a infraestrutura social e urbana em face à necessidade de alocar os que vinham de fora, bem como oferecer a eles aquilo lhes era peculiar em sua terra natal.

Entretanto, os impactos não representam uma condição de *'belle époque'*⁷. São José do Norte começa a viver momentos distintos ao idealizado por muitos. Num curto espaço de tempo empresas terceirizadas começam a findar seus contratos, não cumprir seus compromissos com fornecedores, muitos desses fornecedores de empresas locais, onde as inadimplências redundam em um desgaste na econômica acentuada pela ampliação de um comércio agora diverso, outrora motivado pelo crescimento econômico e social, e hoje em queda livre, por conta do arrefecimento desta economia. Tudo isto levou alguns empresários a um enfraquecimento financeiro e outros até mesmo a falência. De forma muito rápida ocorreram mudanças significativas no cenário da cultura local para atender a demanda dos investimentos. E em menos tempo ainda, o fim do investimento e a debandada dos investidores.

Outra questão de relevância a ser mencionada é o significativo aumento da violência, principalmente entre jovens e adolescentes. Com o crescimento do poder de consumo somado ao contato com novos grupos sociais que vêm de outras regiões, o impacto também se dá nas relações sociais. Com a vida girando em prol do compromisso com o trabalho assalariado, os momentos de lazer dessas pessoas vão se caracterizando de forma mais destituída do convencionalmente praticado no lugar. Cabe ressaltar aqui, os costumes convencionais das

4 Termo que indica o crescimento socioeconômico em curto espaço de tempo.

5 Endereço eletrônico confirmando o estímulo em estágios do curso de engenharia: < <http://www.ebrbrasil.com/jovens-engenheiros>>.

6 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa até 2017.

7 Movimento caracterizado pelo florescimento total do belo, de transformações e avanços na França no final do século XIX A início do século XX. <<https://www.infoescola.com/artes/belle-epoque/>>.

práticas de lazer do próprio lugar também se alimentavam por vezes de práticas como consumo de bebidas alcoólicas, narcóticos e vida boêmia. Porém, com o aumento do poder de consumo e considerando o choque social estimulado pelo *boom* somado a falta de preparo educacional para mediar convivências de sujeitos tão distintos culturalmente, tais práticas se avolumaram e impactaram as relações sociais, gerando não mais processos de lazer, mas sim de violência urbana.

Considerando que as relações sociais contemporâneas, diz Bauman (2001), configuram-se de forma mais líquida e efêmera, efeito da “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001, p.19) gerando um descompromisso com valores e princípios capazes de estabelecer um diálogo entre os diferentes grupos sociais. O estranhamento dos sujeitos com as novas realidades, tanto dos nativos quanto aos recém chegados é visível. No caso de São José do Norte essas mudanças promoveram o rompimento das práticas culturais costumeiras, as transformando em processos de consumo.

Num otimista e desenvolvimentista, há adeptos da hipótese de que os efeitos sociais, em decorrência dos projetos desenvolvimentistas no sul do Brasil, seriam de pequeno impacto. Mas não é verdade. São José do Norte é um exemplo do quanto uma proposta de tamanha envergadura é capaz de provocar desastre social e humano. Na atualidade há um aumento expressivo da violência. O número de homicídios atingiu seu maior ápice nesses tempos de agora. A instalação de uma nova forma de relações de trabalho produziu uma nova forma de gestão da vida, agora de uma economia de consumo. Exemplo disso é o impacto sobre o comércio local e as relações de lazer.

Em concomitância, São José do Norte passou a ser um espaço desejado pelo narcotráfico. Aquilo que outrora acontecia de forma desorganizada e quase desprezível, após a instalação da indústria naval se organiza em lutas de facções pelos pontos de venda de drogas. As festas e os momentos lazer apresentam uma nova dinâmica. Deixou de ser uma venda de uma garrafa de cachaça, um licor, um maço de cigarros para passar a ser um comércio de entorpecentes e de drogas em larga escala. O crime passou a se organizar.

A partir desses elementos de análise inicial focada no primeiro empreendimento, constatamos duas características peculiares que envolvem projetos desenvolvimentistas produtores de transformações nocivas às comunidades locais. Os impactos se dão fortemente centrados em dois eixos:

1) ambiente, na desapropriação ordinária⁸ de áreas que anteriormente era espaço de produção de subsistência de muitos moradores. A compra dos terrenos, o que ocorreu na localidade do Cocuruto 1º Distrito de São José do Norte, para a instalação da EBR, provocando mudanças no micro-ecossistema local. Considerando se tratar de uma área Costeira-Marinha do bioma Pampa muito vulnerável, e, mesmo com todas as licenças (LP, LI, LO)⁹ institucionalizadas e ‘monitorado’ pelos órgãos governamentais, há impacto ambiental gerado pelo empreendimento. 2) a territorialidade desconfigurada altera as relações socio-culturais. A venda das ‘frações de áreas’ onde a cultura local produzia seu sustento, promoveu deslocamento populacional camponês (advindos da zona rural servindo de mão de obra) e dos pescadores artesanais (deslocados de suas propriedades costeiras, em busca de ganhos mais compatíveis a então realidade financeira da cidade) mudam para o urbano. Essa situação provocou o fim das relações culturais instituídas de longo prazo, de produção de subsistência, compartilhamento de áreas de moradia no específico espaço que foi comercializado.

Outro elemento importante a ser observado é a ocorrência de migração de contingente populacional camponês para o mundo urbano que causam mudanças nas relações socioculturais desses entre si e entre estrangeiros que chegaram a São José do Norte para trabalhar no empreendimento. Como nos alerta o dicionário da Educação do Campo (2012, p.744), alterar

8 É um meio de intervenção na propriedade que enseja em sua transferência para o patrimônio do Poder Público, mediante pagamento de indenização (in) justa, prévia e em dinheiro.

9 (LP) Licença Prévia, (LI) Licença de Instalação, (LO) Licença Operacional.

esses cenários produz impactos indelévels no aspecto sociocultural, pois essas comunidades “[...] possuem características próprias resultantes das diferentes relações sociais que os produzem”.

Entendendo que as relações socioculturais não são separadas do envolvimento dos sujeitos e sua relação com a natureza. Ou seja, no uso do território “natureza e cultura se articulam em modos de vida comunitários” (DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2012, p.730) podemos então entender melhor os desdobramentos sociais ocorridos no lugar. Ora, São José do Norte passou a sofrer neste primeiro momento mais com a movimentação de pessoas agora desprendidas de suas habilidades originais no trato com a terra e as redes de pesca do que na verdade com efeitos ambientais. Porém, não podemos esquecer que toda crise ambiental vivenciada hoje, seja nesta região ou fora dela, passa por um “determinado modelo dominante de sociedade” (IBID, 2012, p. 729), modelo este que busca modificar as peculiaridades dos grupos sociais locais, promovendo assim uma crise para além do ambiental, mas uma crise socioambiental.

Direitos de território e territorialidade

As questões acima elencadas nos indicam ser pertinente conceituar a compreensão de território dentro do embate socioambiental. Quais os desdobramentos envolverão essa comunidade. Que conflitos que decorrem nesse território quando alterada a dinâmica social? Segundo Reffestin, “o território (...) é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (REFFESTIN apud COELHO NETO, 2013, p.30). A partir desta primeira compreensão podemos inferir o quanto o conceito de território é mais amplo do que aquele aprendido na escola e nas universidades circunstancialmente engessado como um mero espaço de gestão do Estado com “escalas e instâncias: federal, estadual e municipal” (FERNANDES, 2009), segundo o próprio autor esses lugares permitem articulações de uma existência que resiste aos contextos externos propondo uma espécie de fuga motivada pelos agentes participantes dessas relações de convivência recíproca manifestada no próprio uso do espaço que passa a ser, como propõe o autor, “a razão de sua existência”.

A partir da concepção de território, compreendemos a conceituação de territorialidade. A territorialidade vivenciada a partir de um modo de vida cultural nortense é extremamente afetada. As mudanças e as desapropriações nas chamadas “zonas de sacrifício”^{10 11}(ZHOURI, 2018, p.14) alteram substancialmente a paisagem e as relações culturais do território.

Considerando que os elementos do exercício de uma territorialidade a partir da consciência cultural ainda não se constitui prática orgânica no espaço os desdobramentos recorrentes em São José do Norte o impacto se dá em dois âmbitos. No cultural e no Ambiental. Efetivamente, ao afetar a realidade ambiental local, considerando a formação geológica recente na qual a restinga nortense se insere, na área Costeira-Marinha, as relações culturais e de modo de vida serão afetadas por não estarem mais postas as condições de reprodução do modo de vida local. Alteração no território, alteração no simbólico da cultura, alteração nas relações de troca e de reprodução da cultura local. O direito a praticar o usufruto de seu território; e a perpetuação de suas relações socioculturais, relações estão colocadas em risco diante dos possíveis impactos socio-bio-culturais.

Os empreendimentos de grande porte geram impactos sociais que são agressivos para com as relações de pertencimento, com os costumes e relações socioculturais. O projeto de mineração impacta também a sociobiodiversidade¹². Para compreender isso, basta analisar os históricos dos impactos que os processos mineradores produziram em outros espaços. Os danos permanentes ao ambiente e a sociedade. Situações de impacto negativo de empreendimentos

10 Segundo a autora referem-se as “[...] fronteiras econômicas em torno de mineração, as quais avançam ferozmente sobre os territórios dos povos indígenas e das comunidades tradicionais”.

11 Ver detalhes em projeto de extração mineral, conduzido pela Rio Grande Mineração S.A (RGM).

12 É o conceito que expressa a inter-relação entre diversidade biológica e diversidade de sistemas socioculturais. <<http://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/entenda-conceito-sociobiodiversidade/>>.

mineradores têm ocorrido em diversas regiões do Brasil e também em limites para além das fronteiras nacionais brasileiras. Portanto, os impactos são amplos e recorrentes em toda a América do Sul.

Entre os elementos centrais desse impacto estão a perda dos espaços tradicionais de produção da vida provocada pela venda das áreas pelos moradores locais. Esse processo de venda de terras de comunidades tradicionais altera as relações sociais e promove a perda dos referenciais de territorialidade e isso impacta diretamente no modo de vida.

A perspectiva desenvolvimentista da mineração trata essas questões como problemas menores e indicam serem capazes de ter mecanismos de minimização e mitigação dos impactos. Defendem suas propostas desenvolvimentistas sob a alegação de que haverá desenvolvimento econômico, mas que para isso são necessárias 'zonas de sacrifício'. O Estado, como bom parceiro do desenvolvimentismo a qualquer custo, avaliza essas ações que geram lucros privados para os mineradores e impactos sociais negativos para os moradores dessas comunidades.

Problemas já averiguados em outras regiões do Brasil: São José do Norte à vista!

Ao levar em conta os recentes acontecimentos, não é difícil inferir, ou mesmo prever alguns resultados envolvendo os processos de extração de minério. Tendo na própria prática de extrativismo de jazidas minerais uma das formas mais degradantes e insensíveis, capazes de atingir numa ação violenta os pontos onde esta atua, podendo citar exemplos recentes aqui mesmo no Brasil que elucidam sobre fatos recorrentes produzidos unicamente pela ganância motivada pelo extrativismo.

Regiões como a pertencente à cidade de Barcarena no Pará (2018), onde segundo informações do *site* do Jornal Brasil de Fato (2018), foi identificado crime ambiental e violação dos direitos humanos. Indignada com esta atitude, a Comissão de Direitos Humanos (CDHDC) reivindica a anulação da isenção de impostos da responsável, à mineradora Alunorte, algo que gira em torno de oito bilhões de reais, segundo a mesma fonte. Quantia esta considerável se levarmos em conta Barcarena como uma cidade interiorana de uma das regiões mais isoladas do Brasil, região hoje agredida com impactos ambientais de profundo desgaste por conta do projeto de mineração ali instalado.

Outra ação agressiva promovida pela obstinação de projetos de extração em jazidas minerais que pode e deve ser pontuada, são os acontecimentos envolvendo Mariana (5 de novembro de 2015 e recentemente Brumadinho-MG). As tragédias sócio-ambientais vivenciadas nessa década no território brasileiro nos indicam o caminho que nos espera. (ZHOURI, 2018, p.15).

Esses efeitos atingem não somente a questão econômica do lugar e os arredores percorridos pelos rios e adjacentes, mais também na relação homem natureza e economias de subsistência. O próprio estranhamento e terror presente hoje na vida dos moradores e ribeirinhos confrontam-se com medidas paliativas geridas pelos modelos empresariais de gestão do crime ambiental. E são, em termos de territorialidade e modo de vida, insignificantes e insuficientes para garantirem a reconstrução e a sustentabilidade da biodiversidade atingida.

Em consonância a estes fatos, podemos colocar São José do Norte como alvo desses projetos ambiciosos. O Projeto Retiro (área sul) que compõe uma das três áreas deste mega empreendimento ainda em processo de licenciamento se expande também com o Projeto Estreito/Capão do Meio (área central) e o Projeto Bujuru (área norte). Na busca de extrair minerais pesados tais como ilmenita, zirconita, rutilo e titânio essas denominações somente dividem a restinga em partes de exploração.

O referido projeto faz parte de uma ação ampla que vem sendo implementada no bioma pampa por parte dos empreendimentos corporativistas. Exemplo disso é a proposta de alteração da matriz econômica do Estado do Rio Grande do Sul para Minerária. A mineração no Alto

Camaquã¹³ faz parte dessa estratégia. Assentada sobre o chamado Escudo Cristalino¹⁴, esse espaço é também alvo desses empreendimentos. Não são estratégias isoladas.

Em um dos trabalhos elaborados pela RGM S.A, denominado “Relatório Final de Diagnóstico Arqueológico não Intrusivo para avaliação de impacto na ADA”¹⁵ EIA-RIMA (RFDA) o empreendimento revela uma possibilidade de lavra podendo chegar a mais de quatorze metros de profundidade em um lago artificial. Sendo tudo isto, após a exploração¹⁶, segundo o empreendedor, recuperado em seguida.

“Uma vez iniciada a exploração, a recomposição ambiental se dará imediatamente após a operação de dragagem, com o retorno dos solos e sedimentos superficiais extraídos e estocados à medida que a unidade de dragagem avança” (RFDA, 2013, p.19).

Logo, pode ser percebida a falta de coerência entre a formação geológica explorada pela RGM S.A e sua forma de conceber seu projeto desconsiderando a recente formação territorial. Segundo Carlos Eduardo Mazzeto Silva, em seu artigo denominado “Sustentabilidade” (Dicionário da Educação do Campo, 2013).

“[...] modo industrial de apropriação da natureza que se instituiu, a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII e viabilizou enorme aceleração do processo de acumulação de capital, às custas de uma também enorme capacidade de transformação da matéria e energia contidas nos ecossistemas e em ilhas de recurso geologicamente armazenados (petróleo, gás, jazidas minerais e etc.)” (SILVA apud DICIONÁRIO da EDUCAÇÃO do CAMPO, 2013, p.729).

Considerando este excerto e as formas de como acontecem às explorações, podemos evidenciar as atitudes calculadas que levam os empreendedores a desconsiderarem impactos, quando muito mitigá-los, num único propósito de domínio para fins lucrativos.

Considerações finais

A consciência das pessoas, sejam elas de onde forem, deve estar atenta para os acontecimentos envolvendo questões de relações sociais e ambientais. Percebemos como estas duas premissas têm sido agredidas pelos apelos desenvolvimentistas incansáveis em sua obstinação pelo lucro. Entretanto, consciência sustentável, capaz não somente de preservar, mas também produzir mecanismos que estimulem continuidade das relações homem e meio em que vive não podem estar dissociadas quando se projeta crescimento econômico.

Considerando possibilidades condizentes com a realidade atual e o arcabouço histórico de São José do Norte, devemos destacar o quanto este município está consolidado sobre riquezas sustentáveis e propiciadoras de bem estar. Tendo na materialização destas riquezas o aporte não somente econômico, mas de mediação das relações entre os munícipes e aqueles vêm aportar aqui em busca de belezas naturais, contemplação e apreciação do patrimônio. Como podemos ver ao visitar esta terra, suas ruas têm uma bela arquitetura colonial e o suas belezas naturais tanto na Costa Doce da Laguna dos Patos quanto às margens do oceano Atlântico forma o chamado encontro das águas privilegiando esta cidade com dádivas turísticas e culturais ainda pouco estimuladas. E tudo isto subsidia crescimento sustentável.

Consideramos, nesse breve texto, que há necessidade de redimensionar esforços noutros rumos. Não é aceitável sacrificar as relações socioculturais e o meio ambiente em nome do

13 Ver artigo: THUM, Carmo. 2019

14 Formação geológica envolvendo os municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Piratini, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista.

15 O endereço eletrônico de acesso ao vídeo sobre a formação da restinga está referenciado ao final deste trabalho em “sites pesquisados”.

16 Termo alusivo a um conjunto de áreas de terras exploradas pela dragagem.

lucro de mineradoras. A identidade cultural do território, aos fazeres e saberes locais, podem ser potencializados. A terra, a água e o modo de vida local podem sustentar suas vidas e garantir sua diversidade. Cultura, território e sociobiodiversidade são elementos fundamentais para a construção do bem viver.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Prefácio. Traduzido por Plínio Dentzin. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2001, p 7 – 22.
- CAMPELO, L. Crimes ambientais em Barcarena (PA) serão denunciados a organismos internacionais. *Brasil de Fato*. Belém, 5 de mar. 2018.
- COELHO NETO, A. S. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. *GEOgraphia*
- FDL – Fundação Luterana de Diaconia. *Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais dos Pampas*. Porto Alegre, 2018.
- KLEIN, J. Projeto de mineração em São José do Norte avança. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 5 set. 2014.
- RÊSES, E, S. “Ação Coletiva e Movimentos Sociais”. RÊSES, E, S.; LEMOS, C, E.; SARANDY, F, M, S.; ORGANISTA, J, H.; SANTOS, M, B.; TOMAZI, N, D.; LEAL, S, D, R. (orgs.). *Curso de Especialização em Ensino de Sociologia para o Nível Médio: módulo 2 – Cuiabá, MT* : Central de Texto, 2013, p. 213 – 221.
- RIO GRANDE MINERAÇÃO SA (RGM). Projeto Atlântico Sul. Relatório Final de Diagnóstico Arqueológico não Intrusivo para avaliação de impacto na ADA. Rio Grande: FURG, 2013.
- SOUZA, M. J. L. (1995). Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: de et al. (orgs) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- VIEIRA, Listzt. Cidadania e globalização. Ed, Record. Rio de Janeiro, 2004. (p.15-41).
- ZHOURI, A. “Introdução”. ZHOURI, A. (org.). *Mineração: violências e resistências* [livro eletrônico] um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1. ed. - Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018. (p.8 – 27).
- THUM, Carmo. Carlos Alberto Dayrell; Samuel Leite Caetano. Modos de Vida e Mineração em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais: no bioma Cerrado e no bioma Pampa. In: JESUS, Sérgio Nunes de. *Povos e comunidades tradicionais: os sujeitos e seus deslocamentos*. - Curitiba: CRV, 2019.

Sites pesquisados

- DESAPROPRIAÇÃO ORDINARIA Disponível em: <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1881222/o-que-se-entende-por-desapropriacao-ordinaria-e-desapropriacao-extraordinaria-kelli-aquotti-ruy>>. Acessado em 10 de mar. 2018.
- Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-jose-do-norte/panorama>>. Acessado em. 7 de mar. 2018.
- FORMAÇÃO GEOLÓGICA DE SÃO JOSÉ DO NORTE, Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=0eqYC7IOzE4>>. Acessado em 14 de Mar. 2018.
- JOVENS ENGENHEIROS, Disponível em: <<http://www.ebrbrasil.com/jovens-engenheiros>>. Acessado em 8 de mar. 2018.
- SOCIOBIODIVERSIDADE Disponível em: <<http://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/entenda-conceito-sociobiodiversidade/>>. Acessado em 13 de Mar. 2018.